

Protocolo nº25.676.386-9 - PE 90682/2026 - GMS 682/2026 - UASG 928306 - EDITAL- (página 1 de 80)

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da CASA MILITAR, inscrita no CNPJ 14.788.457/0001-17, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: Compras.GOV: 90682/2026 GMS 682/2026 UASG RESPONSÁVEL: 928306 TIPO: MENOR PREÇO	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09h59min do dia 10/06/2026 Início da sessão / disputa de lances: 10:00h do dia 10/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de uso individual, para atender às necessidades da Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar, conforme as condições e especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 109.154,60 (cento e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos), divididos em 3 (três) Lotes.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Gestão/Unidade: 1502.04.122.05.8023 - Gestão Administrativa - Casa Militar;

Fontes de Recurso: 500 e 501.

Natureza de Despesa: 33.90 30.44 - Material de Sinalização Visual e Afins (Brasão); 33.90 30.28 - Material de Proteção e Segurança (Guarda-chuva e Cinto); 33.90 30.27 - Material de Manobra e Patrulhamento (Mochila).

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregoão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.)

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro 3º Sgt. QP PM Rafael dos Santos Araujo e equipe de apoio, designadas pela Portaria nº 005/2026, da Casa Militar.

- E-mail: licitacoes-cm@casamilitar.pr.gov.br

- Telefones: (41) 3350-2410 e (41) 3350-2717.

- Endereço: Palácio Iguaçu, Avenida Candido de Abreu s/nº, 4º andar, Casa Militar, Centro Cívico, CEP 80530-000, Curitiba/PR.

- O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é a soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote, fixada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverão constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste Edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa dos lotes 01 e 02, as empresas que se enquadrem na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, conforme exige o artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e o Lote 03 será destinado à ampla concorrência.

Para obtenção de benefícios reservados para ME e EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no inciso, § 2º do art. 111 do Decreto 10.086/2022.

Se a ME ou EPP for vencedora do lote reservado à ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, poderão

participar do lote classificados como de ampla concorrência.

O processo não comporta parcelamento em lote de cota reservada à ME/EPP para o lote 03, o que pode trazer custos maiores à Administração, bem como, caso a licitação seja adjudicada para mais de 01 (um) fornecedor poderá ocorrer que sejam apresentados itens diversos uns dos outros, sendo que, a padronização busca manter a identidade da corporação e a mesma qualidade dos objetos. O não parcelamento em lote encontra amparo no inciso III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006.

A diferenciação entre os lotes decorre da análise do mercado fornecedor, considerando que os itens dos Lotes 01 e 02 possuem ampla oferta por micro e pequenas empresas, enquanto o Lote 03 demanda maior capacidade produtiva e padronização específica, o que poderia restringir a competitividade caso fosse reservado.

6 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 GARANTIA:

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8 CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio em razão do objeto da licitação não demandar a reunião de expertises diversas para sua execução, sendo inviável a execução do objeto sob a forma de consórcio, vez que as empresas atuantes nesse mercado não são empresas consorciadas.

9 ANEXOS:

- Anexo I - Termo de Referência 0035/2025-CM;
- Anexo II - Documentos de Habilitação;
- Anexo III - Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV - Modelo de Procuração;
- Anexo V - Modelo de Declaração;
- Anexo VI - Declaração de Conhecimento;
- Anexo VII - Local de Entrega;
- Anexo VIII - Minuta de Contrato;
- Anexo IX - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo X - Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.), na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.).

1.3 O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.), conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://portaldeservicos.economia.gov.br/> ou, ainda, por meio dos telefones 08009789001.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual - Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram penalizadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item e valor global do lote;

4.1.2 Marca/Modelo;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.3.1 O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou a fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital,

contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **01 (um) dia útil**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.1.1 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração

6.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

6.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.5.3 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.5.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.5.3.2 Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, conforme descritivo constante no Edital e seus anexos.

6.5.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.5.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.5.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.5.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.5.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

6.12 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.15 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pela pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o pregoeiro desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, **possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016, devendo ser exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil S/A, nos termos da Resolução SEFA nº 827, de 12 de agosto de 2021, providenciando a abertura da referida conta até a assinatura do ajuste ou da Emissão da Nota de Empenho, de acordo com a Orientação Administrativa nº 76-PGE, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

1.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira

devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \times \frac{(6/100)}{365}}{TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%}$$

$I = 0,00016438$

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

11.9 A ordem cronológica de pagamento a que se refere o caput do art. 141 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente para pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado o pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

3º Sgt QP PM Rafael dos Santos Araujo,
Pregoeiro PE 90682/2026.
Portaria 005/2026.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0035/2025-CM

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de uso individual, para atender às necessidades da Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar do Paraná (DOS/CM), conforme as condições e especificações contidas neste Termo de Referência e tabelas abaixo:

LOTE 1 - BRASÃO DE IDENTIFICAÇÃO							
ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	8301.69658	Brasão de identificação.	Conforme especificações Técnicas	145	Unid.	R\$ 89,67	R\$ 13.002,15
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 1						R\$ 13.002,15	

LOTE 2 - GUARDA-CHUVA							
ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
2	8401.56872	Guarda-chuva.	Conforme especificações Técnicas	120	Unid.	R\$ 129,09	R\$ 15.490,80
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 2						R\$ 15.490,80	

LOTE 3 - EQUIPAMENTOS TÁTICOS							
ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
3	1003.71951	Cinto.	Conforme especificações Técnicas	95	Unid.	R\$ 275,40	R\$ 26.163,00
4	8102.111059	Mochila	Conforme especificações Técnicas	95	Unid.	R\$ 573,67	R\$ 54.498,65
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 3						R\$ 80.661,65	

1.1.1 O preço máximo admissível para pagamento do objeto do presente processo licitatório é de **R\$ 109.154,60 (cento e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais e**

sessenta centavos).

1.1.2 Os preços unitários e totais deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pelo PROPONENTE e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros, ou seja, a carga tributária completa.

1.1.3 O preço unitário estimado para o objeto, encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio nº 26/03 CONFAZ.

1.1.4 O critério de aceitabilidade de preços será o VALOR GLOBAL DE CADA LOTE, visando ampliar a competitividade entre os licitantes.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Considerando que Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência/SEAP – órgão responsável; considerando que o Catálogo de Materiais – CATMAT do Sistema Compras.gov, até a presente data, não está integrado com o e-CAT; considerando que podem ocorrer variações nos descritivos constantes nos sistemas, a Licitante **DEVERÁ**, ao cadastrar sua Proposta de Preços no Sistema Compras.gov, considerar as especificações técnicas deste Termo de Referência - Anexo I do Edital.

1.2.1 ITEM 1 – BRASÃO DE IDENTIFICAÇÃO PMPR:

1.2.1.1 Brasão de identificação funcional da Polícia Militar do Paraná, composto por base em couro, emblema metálico (brasão PMPR) e sistema de fixação (presilha metálica):

1.2.1.2 Base em couro:

1.2.1.2.1 Confeccionada em couro legítimo, na cor preta;

1.2.1.2.2 Material com resistência mecânica compatível com uso operacional contínuo,

incluindo flexão, abrasão e intempéries;

1.2.1.2.3 Formato ovalado;

1.2.1.2.4 Dimensões aproximadas: Largura: 70 mm (\pm 5 mm); Altura: 98 mm (\pm 5 mm); Espessura total: até 10 mm;

1.2.1.2.5 Bordas com acabamento reforçado, podendo ser costuradas, seladas ou técnica equivalente;

1.2.1.2.6 Costuras, quando existentes, deverão ser executadas com linha de alta resistência, com acabamento uniforme e sem falhas.

1.2.1.3 Emblema metálico (Brasão PMPR):

1.2.1.3.1 Confeccionado em metal de alta resistência, com proteção contra oxidação e desgaste;

1.2.1.3.2 Acabamento esmaltado ou equivalente, com cores definidas e resistentes ao desbotamento;

1.2.1.3.3 Deverá reproduzir fielmente os elementos gráficos oficiais da Polícia Militar do Paraná, conforme padrão institucional vigente;

1.2.1.3.4 Fixação à base em couro por meio de sistema que garanta: Estabilidade e firmeza, sem folgas; Resistência a impactos e uso contínuo; Ausência de risco de desprendimento.

1.2.1.4 Sistema de fixação (presilha):

1.2.1.4.1 Presilha metálica fixada na parte posterior;

1.2.1.4.2 Confeccionada em aço inoxidável ou material com resistência equivalente à corrosão e deformação;

1.2.1.4.3 Compatível com cintos de até 45 mm de largura;

1.2.1.4.4 Deverá permitir: Encaixe firme e seguro; Facilidade de colocação e retirada; Estabilidade durante o uso operacional (sem deslocamentos involuntários).

1.2.1.5 Requisitos de Qualidade e Durabilidade:

1.2.1.5.1 O conjunto deverá apresentar resistência ao uso contínuo em atividades operacionais, incluindo exposição a suor, umidade e atrito;

1.2.1.5.2 Não deverá apresentar: descolamento de partes; oxidação precoce;

deformações estruturais; desbotamento relevante em curto período de uso.

1.2.1.6 Critérios de Aceitação:

1.2.1.6.1 O produto será considerado aceito quando: Atender integralmente às especificações técnicas descritas; apresentar acabamento uniforme, sem defeitos visuais ou estruturais; o brasão estiver fiel ao padrão institucional da PMPR; a fixação (emblema e presilha) demonstrar firmeza e segurança.

1.2.1.7 Garantia:

1.2.1.7.1 Os brasões de identificação deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e vícios aparentes ou ocultos;

1.2.1.7.2 A garantia deverá abranger, no mínimo: descolamento ou desprendimento do emblema metálico da base em couro; falhas na fixação da presilha metálica; ruptura, deformação ou desgaste prematuro da base em couro; oxidação, descascamento ou desbotamento do emblema metálico; qualquer falha estrutural que comprometa o uso adequado do item.

1.2.1.7.3 Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição integral do item defeituoso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação formal.

1.2.1.7.4 A substituição deverá ocorrer por produto novo, de mesmas características ou superior, vedado o reaproveitamento de componentes.

1.2.1.7.5 Caso o defeito se apresente de forma recorrente ou generalizada, a Administração poderá exigir a substituição de todo o lote afetado, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

1.2.1.8 Unidade de Fornecimento: Unidade (un)





Imagens ilustrativas

1.2.1.2 ITEM 2 – GUARDA-CHUVA (MODELO GOLF):

1.2.2.1 Modelo estilo “golf”, com dimensões ampliadas, destinado ao uso operacional;

1.2.2.1.1 Deverá ser confeccionado de modo a atender às demandas do serviço operacional, observando critérios de resistência, durabilidade, ergonomia e funcionalidade;

1.2.2.2 Material e Revestimento:

1.2.2.2.1 Confeccionado em tecido principal 100% poliéster;

1.2.2.2.2 Revestimento em poliuretano (PU) ou material com desempenho equivalente, proporcionando elevada resistência à água;

1.2.2.2.3 O material deverá garantir secagem rápida e proteção eficiente contra umidade;

1.2.2.2.4 Cor predominante: preta;

1.2.2.3 Estrutura e Resistência:

1.2.2.3.1 Estrutura longa, compatível com o modelo tipo golf;

1.2.2.3.2 Possuir no mínimo 10 (dez) varetas;

1.2.2.3.3 Varetas e/ou mastro confeccionados em fibra de vidro ou material com resistência e flexibilidade equivalentes;

1.2.2.3.4 A estrutura deverá apresentar resistência a ventos moderados a fortes, sem ocorrência de deformações permanentes ou quebras;

1.2.2.4 Sistema de Abertura:

1.2.2.4.1 Sistema de abertura automático;

1.2.2.4.2 O mecanismo deverá permitir acionamento rápido, seguro e eficiente;

1.2.2.4.3 Não deverá apresentar travamentos, falhas ou fragilidade no uso contínuo;

1.2.2.5 Mastro, Cabo e Ergonomia:

1.2.2.5.1 O mastro (haste/tubo central) deverá ser confeccionado em material de alta resistência mecânica, tais como fibra de vidro, aço tratado, alumínio reforçado ou material equivalente, devendo apresentar resistência à deformação, impactos e à corrosão, compatível com uso operacional contínuo.

1.2.2.5.2 Cabo confeccionado em espuma de EVA, madeira ou material com características equivalentes de conforto e aderência;

1.2.2.5.3 Deverá proporcionar empunhadura firme e confortável, inclusive em condições de umidade;

1.2.2.6 Dimensões e Peso:

1.2.2.6.1 Diâmetro aberto aproximado: 145 cm (± 10 cm);

1.2.2.6.2 Altura aproximada (fechado): 106 cm (± 10 cm);

1.2.2.6.3 Peso máximo: 900 g;

1.2.2.7 Requisitos de Qualidade e Durabilidade:

1.2.2.7.1 O produto deverá apresentar resistência ao uso contínuo em atividades operacionais e exposição a condições climáticas adversas;

1.2.2.7.2 Não deverá apresentar: Ruptura do tecido; deformação da estrutura; falhas no mecanismo de abertura; oxidação precoce dos componentes metálicos (quando existentes);

1.2.2.8 Critérios de Aceitação:

1.2.2.8.1 O produto será considerado aceito quando: atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas; apresentar funcionamento pleno do mecanismo de abertura; possuir acabamento uniforme, sem defeitos aparentes; demonstrar resistência estrutural compatível com o uso proposto;

1.2.2.9 Garantia:

1.2.2.9.1 Os guarda-chuvas deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e vícios aparentes ou ocultos;

1.2.2.9.2 A garantia deverá abranger, no mínimo: falhas no mecanismo de abertura automática, incluindo travamentos ou não acionamento; quebra, deformação ou desalinhamento das varetas e da estrutura; desprendimento ou rompimento do tecido; perda da resistência à água em condições normais de uso; falhas no cabo ou no sistema de empunhadura; oxidação precoce de componentes metálicos; qualquer defeito que comprometa a funcionalidade ou segurança do produto;

1.2.2.9.3 Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição integral do item defeituoso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação formal.

1.2.2.9.4 A substituição deverá ocorrer por produto novo, de mesmas características ou superior, vedado o reaproveitamento de componentes.

1.2.2.9.5 Caso o defeito se apresente de forma recorrente ou generalizada, a Administração poderá exigir a substituição de todo o lote afetado, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

1.2.2.10 Unidade de Fornecimento: Unidade (un)



Imagem ilustrativa

1.2.3 ITEM 3 – CINTO TÁTICO

1.2.3.1 Composição:

1.2.3.1.1 O cinto deverá ser composto por 02 (duas) partes principais: fivela e fita;

1.2.3.2 Fivela:

1.2.3.2.1 Sistema de fechamento por engate rápido tipo “macho e fêmea”, com mecanismo autoblocante;

1.2.3.2.2 Alternativamente, será admitido sistema equivalente do tipo trilhos/catraca, com ajuste rápido, sem utilização de furos;

1.2.3.2.3 Deverá possuir sistema de ajuste por barra deslizante ou mecanismo equivalente no lado de fixação;

1.2.3.2.4 Compatível com fitas de largura entre 35 mm e 45 mm;

1.2.3.2.5 Confeccionada em material metálico de alta resistência, tais como aço, aço-carbono, liga de zinco ou material com desempenho mecânico equivalente;

1.2.3.2.6 O sistema deverá garantir travamento seguro, sem liberação involuntária durante o uso;

1.2.3.3 Fita:

1.2.3.3.1 Confeccionada em nylon de alta resistência, padrão mínimo 1000D ou material com resistência equivalente ou superior;

1.2.3.3.2 Largura entre 35 mm e 45 mm;

1.2.3.3.3 Cor preta;

1.2.3.3.4 Destinada ao uso profissional operacional;

1.2.3.3.5 Resistência mínima à tração: 27 kN;

1.2.3.3.6 Extremidade com acabamento chanfrado ou solução equivalente que facilite a inserção em passadores;

1.2.3.3.7 Costuras, quando existentes, deverão ser realizadas com linha de alta resistência, com proteção contra: abrasão; agentes alcalinos; óleos; alvejantes; radiação ultravioleta (UV);

1.2.3.4 Ajuste e Tamanhos:

1.2.3.4.1 Disponível nos tamanhos P, M, G e GG ou numeração equivalente;

1.2.3.4.2 Deverá possuir sistema de ajuste contínuo, permitindo regulagem precisa ao usuário;

1.2.3.4.3 Poderá possuir sistema complementar de ajuste com velcro ou solução equivalente, garantindo firmeza e estabilidade dos equipamentos acoplados ao cinto;

1.2.3.5 Requisitos de Qualidade e Durabilidade:

1.2.3.5.1 O conjunto deverá apresentar resistência ao uso contínuo em atividades operacionais;

1.2.3.5.2 Não deverá apresentar: deformações estruturais; afrouxamento do sistema de travamento; desgaste prematuro da fita; falhas no sistema de ajuste;

1.2.3.6 Critérios de Aceitação:

1.2.3.6.1 O produto será considerado aceito quando: atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas; apresentar funcionamento adequado do sistema de travamento e ajuste; possuir acabamento uniforme, sem falhas estruturais ou visuais; demonstrar resistência compatível com o uso operacional;

1.2.3.7 Garantia:

1.2.3.7.1 Os cintos táticos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e vícios aparentes ou ocultos;

1.2.3.7.2 A garantia deverá abranger, no mínimo: falhas no sistema de travamento da fivela, incluindo abertura involuntária ou perda de fixação; quebra, deformação ou desgaste prematuro da fivela; afrouxamento ou perda de eficiência do sistema de ajuste (barra deslizante, trilho, catraca ou equivalente); ruptura, desfiamento ou perda de resistência da fita; falhas nas costuras ou nos pontos de união; desgaste prematuro decorrente do uso normal em atividades operacionais; qualquer defeito que comprometa a segurança, a funcionalidade ou a durabilidade do item.;

1.2.3.7.3 Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição integral do item defeituoso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação formal.

1.2.3.7.4 A substituição deverá ocorrer por produto novo, de mesmas características ou superior, vedado o reaproveitamento de componentes.

1.2.3.7.5 Caso o defeito se apresente de forma recorrente ou generalizada, a Administração poderá exigir a substituição de todo o lote afetado, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

1.2.3.8 Unidade de Fornecimento: Unidade (un)

1.2.3.9 Marcas de referência exclusivamente como parâmetro de qualidade: Invictus, Cobra, Tactical ou outras de qualidade técnica comprovadamente equivalente ou superior.



Imagens ilustrativas

1.2.4 ITEM 4 – MOCHILA

1.2.4.1 Capacidade, Dimensões e Peso:

1.2.4.1.1 Capacidade de 40 (quarenta) litros;

1.2.4.1.2 Dimensões aproximadas de 46 × 29 × 22 cm (altura × largura × profundidade), admitida variação de ±10%;

1.2.4.1.3 Peso máximo de 1,1 kg;

1.2.4.1.4 Deverá garantir espaço adequado para o transporte e acondicionamento seguro de equipamentos utilizados em atividades operacionais;

1.2.4.2 Material e Resistência:

1.2.4.2.1 Confeccionada em tecido poliéster padrão mínimo 600D ou superior, com revestimento em PVC ou material com desempenho equivalente;

1.2.4.2.2 Deverá apresentar resistência à água, abrasão e rasgo;

1.2.4.2.3 Material adequado para uso intenso em ambiente operacional;

1.2.4.3 Estrutura e Reforços:

1.2.4.3.1 Fundo reforçado, com dupla camada de tecido, estrutura rígida ou solução equivalente;

1.2.4.3.2 Base com material ou revestimento antiabrasivo;

1.2.4.3.3 Parte traseira acolchoada e estruturada, proporcionando conforto e estabilidade durante o uso;

1.2.4.4 Sistema Modular e Acessórios:

1.2.4.4.1 Sistema modular tipo MOLLE (Modular Lightweight Load-carrying Equipment) ou equivalente;

1.2.4.4.2 Disposto nas laterais e/ou parte frontal;

1.2.4.4.3 Admitido padrão em fita costurada ou tecnologia laser cut;

1.2.4.5 Compartimentos e Organização:

1.2.4.5.1 Deverá possuir no mínimo 03 (três) compartimentos principais;

1.2.4.5.2 Compartimento frontal com divisórias internas para pequenos objetos;

1.2.4.5.3 Compartimento principal com abertura total ou ampliada (preferencialmente até 180°), permitindo acesso integral ao conteúdo;

1.2.4.5.4 Compartimento traseiro acolchoado, com espaço para notebook de até 15 polegadas, com proteção reforçada;

1.2.4.5.5 Deverá possuir compartimentos laterais ou soluções equivalentes para

transporte de garrafas;

1.2.4.5.6 Compartimento interno com revestimento macio (aveludado ou equivalente) para proteção de itens sensíveis;

1.2.4.6 Fechamentos e Componentes:

1.2.4.6.1 Zíperes de alta resistência, preferencialmente duplos;

1.2.4.6.2 Puxadores ergonômicos, permitindo uso com luvas;

1.2.4.7 Ergonomia e Conforto:

1.2.4.7.1 Alças de ombro acolchoadas e ajustáveis;

1.2.4.7.2 Painel traseiro anatômico, acolchoado e respirável;

1.2.4.7.3 Cinta peitoral ajustável ou sistema equivalente;

1.2.4.8 Identificação e Acabamento:

1.2.4.8.1 Cor preta, sem nenhum detalhe em outras cores ou acabamentos contrastantes;

1.2.4.8.2 Deverá possuir área em velcro ou material equivalente para fixação de patches de identificação;

1.2.4.8.3 Área de identificação localizada na parte frontal, com dimensões aproximadas entre: 10 a 11 cm de largura; 5 a 6 cm de altura;

1.2.4.9 Requisitos de Qualidade e Durabilidade:

1.2.4.9.1 O produto deverá suportar uso contínuo em ambiente operacional;

1.2.4.9.2 Não deverá apresentar: ruptura do tecido; falhas em costuras; quebra de zíperes; deformações estruturais; desgaste prematuro;

1.2.4.10 Critérios de Aceitação:

1.2.4.10.1 O produto será considerado aceito quando: atender integralmente às especificações técnicas; apresentar acabamento uniforme; demonstrar funcionalidade plena dos compartimentos e sistemas; garantir conforto e estabilidade em uso;

1.2.4.11 Garantia:

1.2.4.11.1 As mochilas deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, vícios ocultos e falhas estruturais, contados a partir do recebimento definitivo, prevalecendo o prazo oferecido pelo fabricante, caso superior. Se o prazo oferecido pelo fabricante for inferior ao estabelecido, a Contratada deverá complementar a garantia pelo período restante, sem custos adicionais.

1.2.4.11.2 A garantia deverá abranger integralmente costuras, zíperes, fechos, alças,

divisórias, estrutura interna e externa, tecido e demais componentes.

1.2.4.11.3 Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição do item defeituoso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal.

1.2.4.11.4 A Contratada deverá indicar, no corpo da proposta, o prazo e as condições da garantia, podendo, quando aplicável, apresentar manual, termo ou certificado emitido pelo fabricante.

1.2.4.11.5 A garantia compreende também a reposição do produto ou de componentes por item novo, de mesmas características ou superior, ainda que cessada sua fabricação, admitida a substituição por equivalente técnico.

1.2.4.11.6 Decorrido o prazo para substituição sem atendimento, o Contratante poderá recorrer a terceiros para o fornecimento do bem, cabendo à Contratada arcar integralmente com os custos, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

1.2.4.11.7 Todas as despesas relacionadas a frete, seguros, tributos, transporte e demais custos necessários ao cumprimento da garantia serão de responsabilidade da Contratada.

1.2.4.11.8 Caso sejam identificados defeitos recorrentes ou generalizados, a Administração poderá exigir a substituição de todo o lote afetado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1.2.4.11.9 A garantia legal ou contratual terá prazo de vigência próprio, desvinculado do contrato administrativo, permanecendo exigível mesmo após o encerramento da vigência contratual.

1.2.4.12 Unidade de Fornecimento: Unidade (un)

1.2.4.13 Marcas de referência exclusivamente como parâmetro de qualidade: Invictus, Condor Outdoor, Tactical ou outras de qualidade técnica comprovadamente equivalente ou superior.



Imagem ilustrativa

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 No que tange ao Princípio da Padronização, conforme leciona Justen Filho (2021, p.567): *“A padronização é um instrumento de racionalização das atividades administrativas, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos. A padronização elimina variações de produtos na fase de julgamento, na utilização, conservação, entre outras vantagens”*;

1.3.2 O Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência/SEAP – órgão responsável. Desse modo, não foi possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização para a presente contratação.

1.3.3 Porém, esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do objeto são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.3.4 Ressalta-se que a definição das especificações técnicas levou em consideração a experiência de uso de equipamentos similares já em operação, priorizando a compatibilidade, continuidade de padrões técnicos e operacionais, manutenção simplificada, racionalização de insumos e redução de custos operacionais.

1.3.5 As especificações não possuem como finalidade direcionar a contratação para marca ou modelo específico, admitindo-se a apresentação de produtos equivalentes plenamente compatíveis ou de qualidade superior, desde que comprovada a conformidade por meio de documentação técnica, catálogos e, se necessário, demonstração funcional.

1.3.6 Se a qualidade dos produtos e/ou as exigências não corresponderem às especificações exigidas no Edital, o objeto será devolvido ao fornecedor para substituição nos prazos estabelecidos no Edital.

1.3.7 Ainda, em observância ao princípio da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.8 É obrigatório constar no descritivo da proposta de preços a marca, modelo, fabricante, procedência e outras especificações necessárias para que se identifique de forma inequívoca o produto ofertado.

1.3.9 Deverá acompanhar o descritivo técnico e a proposta, folder/folheto/catálogo técnico do produto ofertado, de forma a verificar se as especificações atendem ao solicitado em edital, em meio eletrônico ou impresso.

1.3.10 A especificação técnica dos itens padronizados será descrita de forma clara e objetiva neste Termo de Referência, de forma a não restringir indevidamente a competitividade, conforme estabelece o art. 42, §1º da Lei nº 14.133/2021.

1.3.11 Caso a descrição técnica coincida com as características de produto(s) de marca(s) de referência, isso se deu apenas como exemplo de desempenho e qualidade esperada, sendo expressamente admitidas outras marcas/modelos que atendam integralmente às condições estabelecidas.

1.3.12 A padronização aqui adotada encontra amparo nos princípios da eficiência (art. 5º), da economicidade (art. 11), do planejamento (art. 18, §1º) e da vantajosidade (art. 12, inciso VI) da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo à ampla competitividade e isonomia entre os licitantes.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 A execução ocorrerá de maneira imediata, conforme definido neste Termo de

Referência, sendo que a formalização se dará mediante a assinatura de Contrato e emissão de Nota de Empenho.

1.4.2 Após assinatura do Contrato e/ou do recebimento da Nota de Empenho, a empresa Contratada deverá realizar a entrega dos objetos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, nas quantidades e condições constantes neste Termo de Referência e seus Anexos, que fazem parte do Edital do Pregão Eletrônico.

1.4.3 O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, desde que apresentada justificativa técnica e plausível, por meio de solicitação formal da Contratada, ficando a cargo do Gestor e Fiscal do contrato conceder ou não a prorrogação do prazo de entrega.

1.4.4 A entrega deverá ocorrer na Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar (DOS/CM), situada à Av. Cândido de Abreu, s/nº, Edifício Palácio Iguaçu, 4º andar, CEP 80.530-000, Centro Cívico, Curitiba/PR, telefone (41) 3350-2659 / 2580 / 2570.

1.4.5 A Contratada será totalmente responsável por todas as despesas com frete/transporte, mão-de-obra, tributos, taxas, licenças e outros encargos devidos, até o fornecimento do objeto à DOS/CM.

1.4.6 A Contratada é responsável pela qualidade e integridade do produto, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe à empresa contratada efetuar a troca do produto nos termos deste Termo de Referência e seus Anexos.

1.4.7 Por ocasião da entrega, caso o(s) produto(s) apresentado(s) não atenda(m) às especificações técnicas do objeto licitado, poderá o Contratante rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a Contratada a providenciar a substituição do(s) produto(s) não aceito(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação formal da Contratante, às custas da Contratada. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no Edital e legislação vigente.

1.5 DAS AMOSTRAS

1.5.1 O licitante melhor classificado, deverá entregar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do Edital e anexos, no seguinte

local: Local: Divisão de Operações e Segurança Aproximada – DOS/CM.

Logradouro: Avenida Cândido de Abreu, s/nº – 4º andar, Palácio Iguaçu, Centro Cívico
CEP 80.530-909, Cidade de Curitiba/PR

A/C da Sr. Capitão QOEM PM Baptista

Fone: (41) 3350-2659 / 2570

E-mails: cbaptista@casamilitar.pr.gov.br

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador designará uma Comissão de Avaliação responsável ou designará agente público competente.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 10 (dez) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Uma vez aprovada, a amostra será fotografada para fins de registros e arquivo, objetivando possibilitar a análise de semelhanças entre essas e os itens entregues.

1.5.8 A amostra aprovada, PODERÁ ser descontada do quantitativo total a ser contratado.

1.5.9 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da

Administração, características técnicas superiores.

1.5.10 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 10 (dez) dias úteis contados da solicitação.

1.5.11 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.12 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.13 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.14 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.15 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.16 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.17 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.18 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.19 A licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa Técnica

A Casa Militar do Estado do Paraná, em conformidade com as atribuições legais e regulamentares estabelecidas na Lei Estadual nº 21.352/2023 e no Decreto Estadual nº 2.165/2023, possui competência para executar atividades de interesse do Estado relacionadas, entre outras, ao transporte, proteção e segurança do Exmo. Sr. Governador do Estado, do Exmo. Sr. Vice-Governador e de outras autoridades, bem como à segurança de instalações e residências oficiais.

No âmbito de sua estrutura organizacional, a Divisão de Operações e Segurança Aproximada – DOS/CM é responsável pelo planejamento, coordenação, direção e execução das atividades relacionadas à segurança e proteção pessoal do Governador, do Vice-Governador, de seus respectivos familiares e de hóspedes oficiais, bem como pela segurança das residências oficiais, e de outras edificações ou autoridades cuja proteção seja determinada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Considerando a natureza das atribuições desempenhadas pela Casa Militar, cuja atividade precípua consiste na proteção de dignitários e autoridades contra eventuais atos hostis ou situações de risco, torna-se indispensável a disponibilização de equipamentos adequados, funcionais e compatíveis com as características operacionais da atividade de segurança aproximada.

As atividades de segurança de dignitários exigem atuação preventiva, técnica e discreta, de modo que os agentes responsáveis pela proteção possam desempenhar suas funções sem interferir na rotina das autoridades protegidas e sem comprometer a naturalidade dos ambientes frequentados. Dessa forma, os equipamentos empregados nessas atividades devem reunir funcionalidade operacional, resistência e discrição, permitindo que os agentes atuem de maneira eficiente e integrada ao ambiente.

Nesse contexto, equipamentos como guarda-chuvas reforçados e cintos

operacionais discretos destacam-se como itens importantes para o desempenho das atividades de segurança. Os guarda-chuvas com aparência comum, semelhantes aos utilizados no cotidiano por civis, permitem que os agentes se integrem ao ambiente de forma não ostensiva. Entretanto, sua estrutura deve possuir resistência e robustez adequadas, possibilitando seu emprego como barreira física emergencial ou instrumento de proteção em situações excepcionais, sem que sua aparência externa revele tal característica.

De forma semelhante, o cinto operacional discreto desempenha papel relevante na organização e transporte de equipamentos essenciais, como arma de fogo, e porta-carregadores sobressalentes. Embora possua aparência semelhante à de acessórios de uso cotidiano, o cinto deve apresentar resistência estrutural, ergonomia e durabilidade, garantindo conforto durante longos períodos de uso e permitindo o pronto emprego dos equipamentos necessários à atividade policial.

Considerando ainda a necessidade de identificação funcional em determinadas situações operacionais, o brasão de identificação da Polícia Militar do Paraná (PMPR) constitui elemento importante para identificação institucional dos agentes, quando necessário, sem comprometer a discrição característica da atividade de segurança aproximada.

Além disso, equipamentos como mochilas táticas discretas complementam o conjunto de ferramentas utilizadas nas atividades operacionais da Divisão de Operações e Segurança Aproximada. A mochila, com design semelhante ao de acessórios de uso cotidiano, permite o transporte organizado de equipamentos e materiais necessários à atividade de proteção, tais como kit de atendimento pré-hospitalar, baterias extras para equipamentos de comunicação, lanternas, itens de uso pessoal da autoridade e demais equipamentos operacionais, garantindo fácil acesso e mobilidade ao agente de segurança.

Ressalta-se que a Administração Pública, no exercício do princípio constitucional da eficiência, deve prover aos seus agentes meios e equipamentos adequados para o pleno desempenho de suas atribuições, especialmente quando se trata de atividades diretamente relacionadas à segurança de autoridades e à preservação da ordem institucional.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a

viabilidade da aquisição de equipamentos destinados à Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar, observando critérios de qualidade, funcionalidade, adequação operacional e interesse público, a fim de proporcionar melhores condições de trabalho aos agentes responsáveis pela proteção de autoridades do Estado do Paraná.

A aquisição pretendida contribui para o aprimoramento das condições operacionais da Casa Militar, reforçando o compromisso da Administração Pública com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, assegurando que as atividades de segurança institucional sejam desempenhadas com o nível de qualidade e prontidão exigidos pela função.

2.2. Justificativa Técnica para estimativa ou indicação das quantidades.

A estimativa das quantidades dos materiais a serem adquiridos foi realizada com base nas necessidades operacionais da DOS/CM, considerando a composição das equipes responsáveis pelas atividades de proteção de autoridades, bem como a natureza contínua e permanente das atividades desempenhadas.

Para a definição das quantidades foram observados, entre outros, os seguintes critérios:

- Efetivo de agentes empregados nas atividades de segurança aproximada, incluindo escalas de serviço e equipes de apoio;
- Necessidade de padronização dos equipamentos operacionais, a fim de garantir uniformidade e eficiência nas atividades desempenhadas;
- Desgaste natural dos materiais decorrente do uso contínuo nas atividades operacionais;
- Necessidade de reposição periódica de equipamentos, em razão de perda de eficiência, danos ou obsolescência;
- Previsão de margem de segurança operacional, destinada a garantir a continuidade do serviço em situações de substituição emergencial ou ampliação temporária das equipes de segurança.

As quantidades estimadas também consideram a necessidade de racionalização dos processos de aquisição, evitando contratações frequentes de pequeno volume e permitindo maior eficiência administrativa e potencial ganho de

escala na contratação, em consonância com os princípios da economicidade e do planejamento previstos na legislação de contratações públicas.

Adicionalmente, verificou-se que a presente contratação não possui interdependência direta com outras contratações em andamento no âmbito da Casa Militar, tratando-se de aquisição destinada especificamente ao atendimento das demandas operacionais da Divisão de Operações e Segurança Aproximada, estando os quantitativos detalhados no quadro demonstrativo a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE
1	Brasão de identificação	145
2	Cinto	95
3	Guarda-chuva	120
4	Mochila	95

Os quantitativos estimados foram definidos com base no efetivo operacional atual da unidade demandante, acrescidos de margem técnica destinada à reposição de materiais e à substituição de itens sujeitos a desgaste decorrente do uso contínuo nas atividades operacionais. Ressalta-se que tais quantitativos poderão ser ajustados na fase de elaboração do Termo de Referência, caso sejam identificadas necessidades adicionais decorrentes de eventual atualização do efetivo operacional ou da substituição de equipamentos atualmente em uso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, *“uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que motivou a contratação”*.

3.2 Nesse contexto, a solução proposta consiste na aquisição de equipamentos operacionais destinados à Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar, com o objetivo de dotar os agentes responsáveis pela segurança de

autoridades de meios adequados, funcionais e compatíveis com as características da atividade de proteção de dignitários.

3.3 A solução compreende o fornecimento de equipamentos e acessórios operacionais, tais como itens destinados à organização, comunicação, mobilidade e apoio às atividades de segurança aproximada, incluindo, entre outros, cintos operacionais discretos, mochilas, guarda-chuvas reforçados e itens de identificação institucional, conforme especificações técnicas que serão detalhadas no Termo de Referência.

3.4 A solução adotada consiste exclusivamente na aquisição dos bens, não envolvendo serviços contínuos ou fornecimento recorrente, sendo que os equipamentos serão incorporados à Casa Militar após o recebimento definitivo.

3.5 Considerando a natureza dos materiais objeto da contratação, não há necessidade de serviços especializados de manutenção preventiva ou corretiva, além da garantia usual contra defeitos de fabricação, a qual deverá ser assegurada pelo fornecedor pelo prazo mínimo estabelecido nas condições do edital e do Termo de Referência.

3.6 Eventuais substituições decorrentes de defeitos de fabricação deverão ocorrer dentro do prazo de garantia, sem ônus adicional para a Administração, conforme as condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório.

3.7 As especificações técnicas detalhadas, bem como os requisitos de fornecimento, prazos de entrega, condições de garantia e demais exigências contratuais, estão devidamente estabelecidas neste Termo de Referência, documento que integra o processo de contratação.

3.8 Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada para atender às necessidades da DOS/CM, permitindo o aparelhamento dos agentes com equipamentos compatíveis com as exigências da atividade de segurança institucional e contribuindo para a melhoria das condições de execução do serviço público.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para a formação do mapa de preços e obter a contratação mais vantajosa, foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 368, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme consta no Mapa de Formação de Preços em anexo.

4.2 A metodologia para formação do Mapa de Preços se deu da seguinte forma:

4.2.1 Inciso I – Pesquisa correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, onde não foram localizados preços registrados que atendam plenamente o objeto a ser contratado, conforme relatórios anexados.

4.2.1.1 Inciso I – Pesquisa de preços correspondente na composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), onde foram localizados preços registrados, conforme relatório anexado.

4.2.2 Inciso II – Pesquisa de preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, onde foi localizado preço registrado para o item 3 e utilizado o Contrato nº 9505/2025 da Casa Militar do Paraná para o item 4, conforme relatório anexado.

4.2.2.1 Foi inserido no corpo do protocolado apenas o extrato do Contrato nº 9505/2025, ficando o arquivo completo do referido documento disponibilizado na aba 'Anexos', a fim de preservar a clareza e a organização da instrução processual, evitando sobrecarga de informações que possam dificultar a análise documental.

4.2.3 Inciso III – Pesquisa de preços publicada em mídias especializadas, conforme relatório anexado.

4.2.4 Inciso IV – Pesquisa direta com fornecedores através de contato formal, onde foram enviados os pedidos, bem como o descritivo técnico dos materiais e equipamentos. Foi selecionado potenciais empresas fornecedoras, utilizando-se da base de dados de potenciais empresas cadastradas DOS/CM e também de empresas que já forneceram para o Estado, conforme cotações anexadas.

4.2.5 Inciso V - Pesquisa no Portal Menor Preço – Compras do Nota Paraná, onde foram inseridas as descrições dos itens pretendidos, não sendo encontrado pelo site preços referentes aos itens, conforme relatórios anexados. Link consultado <https://compras.menorpreco.pr.gov.br/novodocumento/consulta>.

4.2.6 Inciso VI – Não foram encontradas tabelas oficiais para os referidos itens, assim não foi possível atender a este inciso.

4.3 Após a coleta das cotações, os valores foram devidamente analisados, organizados e consolidados para a definição do preço estimado desta contratação. Optou-se pela utilização do **preço médio** como medida de tendência central, por ser o parâmetro mais adequado para refletir, de forma equilibrada e representativa, o comportamento atual do mercado. Essa abordagem visa assegurar a economicidade, evitar a ocorrência de sobrepreço ou superfaturamento, bem como mitigar o risco de fracasso ou deserção do certame, conforme disposto parâmetros estabelecidos pelos artigos 296 e 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

4.3.1 Além disso, foram consideradas as especificidades técnicas dos itens e a compatibilidade com o objeto da contratação, garantindo a seleção de proposta vantajosa para a Administração Pública.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. O presente processo será realizado em 3 (três) Lotes, conforme as especificações dos itens que integram o objeto, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 40 da Lei Federal 14.133/2021, bem como o art. 342 do decreto Estadual nº 10.086/2022.

5.2. O agrupamento dos itens em lotes foi definido com base na similaridade técnica, funcional e operacional, de modo a assegurar a padronização dos materiais, a compatibilidade entre os equipamentos e a eficiência na utilização pelos usuários finais, sem prejuízo à competitividade do certame.

5.3. A adoção do critério de julgamento por lote encontra respaldo na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, especialmente na Súmula nº 247, sendo justificada quando o parcelamento em itens isolados puder comprometer a padronização, a logística operacional ou a adequada execução contratual.

5.4. A divisão em lotes visa, ainda promover a racionalização administrativa e logística; facilitar a gestão e fiscalização contratual; assegurar maior controle sobre a qualidade dos produtos fornecidos; permitir a responsabilização clara do fornecedor por conjunto de itens correlatos.

5.5 Ademais, o parcelamento adotado encontra-se alinhado aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, na medida em que equilibra a ampliação da

competitividade com a necessidade de padronização e desempenho operacional, reduzindo riscos de fornecimento incompatível ou fragmentado.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. A Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, nos termos do artigo 362 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como demais normas ambientais aplicáveis.

6.2. Os produtos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que priorize a utilização de materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6.3. Que as embalagens dos produtos sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO ou outro organismo de avaliação da conformidade reconhecido, demonstrando menor impacto ambiental em relação a produtos similares; e

6.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Somente poderão participar da disputa dos lotes 01 e 02, as empresas que se enquadrem na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, conforme exige o artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, e o Lote 03 será destinado à ampla concorrência.

7.1.1 Para obtenção de benefícios a que se refere o item 7.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de

enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no inciso, § 2º do art. 111 do Decreto

10.086/2022.

7.2 Se a ME ou EPP for vencedora do lote reservado a ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

7.3 As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, poderão participar do lote classificados como de ampla concorrência.

7.4 O processo não comporta parcelamento em lote de cota reservada à ME/EPP para o lote 03, o que pode trazer custos maiores à Administração, bem como, caso a licitação seja adjudicada para mais de 01 (um) fornecedor poderá ocorrer que sejam apresentados itens diversos uns dos outros, sendo que, a padronização busca manter a identidade da corporação e a mesma qualidade dos objetos. O não parcelamento em lote encontra amparo no inciso III do art. 49 da Lei Complementar 123/2006.

7.5 A diferenciação entre os lotes decorre da análise do mercado fornecedor, considerando que os itens dos Lotes 01 e 02 possuem ampla oferta por micro e pequenas empresas, enquanto o Lote 03 demanda maior capacidade produtiva e padronização específica, o que poderia restringir a competitividade caso fosse reservado.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1. Os objetos dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A Contratada deverá entregar o(s) produto(s), em etapa única, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho na Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar (DOS/CM), situada à Av. Cândido de Abreu, s/nº, Edifício Palácio Iguaçu, 4º andar, CEP 80.530-000, Centro Cívico, Curitiba/PR, telefone (41) 3350-2659 / 2580 / 2570, de acordo com as

especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e seus anexos e na Proposta de Preços, documentos que integram a presente contratação para todos os fins.

9.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, desde que apresentada justificativa técnica e plausível, por meio de solicitação formal da Contratada, ficando a cargo do Gestor e Fiscal do contrato conceder ou não a prorrogação do prazo de entrega.

9.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante Termo Recebimento Definitivo.

9.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.8. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço indicado no Edital e seus Anexos, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.9. Os critérios para o recebimento estão especificados no Edital e seus Anexos (minuta do contrato).

9.10. O Recebimento ocorrerá por servidor ou comissão designados para tal demanda.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratada:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.1.7. Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2. Retardamento na autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.2. São obrigações da Contratante:

10.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

10.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus eventuais anexos;

10.2.7. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber;

10.2.8. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do objeto;

10.2.9. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de objeto por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações

administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.3 As Partes contratantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei 9 Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da Contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para contratados sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, **conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, devendo ser exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil S/A, nos termos da Resolução SEFA nº 827, de 12 de agosto de 2021, providenciando a abertura da referida conta até a assinatura do acordo ou da Emissão da Nota de Empenho,**

de acordo com a Orientação Administrativa nº 76-PGE, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4. Os Documentos fiscais emitidos deverão destacar no corpo do documento a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.234/2012.

11.5. Os documentos que não estiverem com a retenção do IRRF destacada, serão devolvidos para a devida adequação ao novo regramento, para que se proceda, posteriormente, a liquidação e efetivo pagamento.

11.6. A contratada deverá providenciar as medidas e correções necessárias nos respectivos Documentos Fiscais para que só então se realize o atesto dos serviços prestados ou entrega de bens adquiridos, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.

11.7. Fica a cargo da contratada informar ser isenta da retenção, não incidência ou alíquota zero e também a qual regime tributário pertence, conforme base legal, no respectivo documento fiscal.

11.8. As notas fiscais devem ser emitidas em nome da CASA MILITAR, inscrita no CNPJ/MF n.º 14.788.457/0001-17, situada à Av. Cândido de Abreu, s/nº, Edifício Palácio Iguaçu, CEP 80.530-000, Centro Cívico, Curitiba/PR.

11.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$ $I = (6/100)$ $I = 0,00016438$
 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.10 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital.

12.4. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5. Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica prevista na lei § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.6. Um ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

12.7. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.8. Valor global máximo permitido de cada lote.

12.9. Valores unitários máximos permitidos, conforme planilhas de composição no item 1.1 do objeto.

12.10 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.11 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação, cabendo única e exclusivamente à Contratada o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais previstas.

15. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 Os itens objeto da contratação, após validação/certificação das especificações técnicas pelo Órgão do Estado, serão entregues em sua totalidade, inexistindo parcelamento ou continuidade na satisfação do objeto.

15.1.2 A entrega será realizada em uma única etapa, sem necessidade de mobilização de mão de obra especializada ou execução contínua, o que reduz significativamente o risco de inadimplemento.

15.1.3 Dado as características do objeto, não há qualquer intercorrência no decorrer do contrato que não possa ser tratada com os demais instrumentos de sanção que a legislação disponibiliza à Administração.

15.1.4 A exigência de garantia poderia onerar o licitante desnecessariamente, visto que a constituição da garantia (caução, seguro ou fiança bancária) tem custos, que

tendem a ser repassados aos preços ofertados, o que reduziria a economicidade da contratação. Assim, sua exigência não traria ganho proporcional em termos de segurança na contratação.

15.1.5 Diante da baixa complexidade da entrega do objeto e da desnecessidade de mobilização operacional ou técnica específica, conclui-se que a exigência de garantia contratual seria desproporcional ao risco envolvido, podendo inclusive afastar potenciais licitantes.

15.1.6 Portanto, opta-se pela não exigência de garantia de execução, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e com base no princípio da proporcionalidade e na busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

15.1.7 A execução do contrato será acompanhada por comissão de recebimento ou agente público designado, pelo gestor e fiscais do contrato.

15.1.8 Por fim, por se tratar de aquisição de bens cujo pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual, bem como pelo fato de que não ocorrerá pagamento antecipado à Contratada.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Haverá exigência de Garantia Contratual para os itens desta contratação.

16.2 Os bens fornecidos deverão possuir garantia contratual mínima, conforme prazos estabelecidos nas especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

16.3 O prazo de garantia será contado a partir do recebimento definitivo dos bens, conforme disposto na legislação aplicável.

16.4 Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja superior ao mínimo exigido, prevalecerá aquele mais vantajoso à Administração.

16.5 Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste Termo de Referência, a Contratada deverá complementar a garantia pelo período restante, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

17. VIGÊNCIA

17.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura pela autoridade máxima competente, cuja eficácia financeira

dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná, em conformidade com o art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA. A escolha do índice se dá por conta de que usualmente os contratos, nos mais diversos segmentos, são reajustados a partir do referido índice, sendo um parâmetro gerado pelo IBGE e usado oficialmente para correção da inflação. Portanto, a escolha do índice é razoável para eventual reajuste do objeto em questão.

18.2 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.2.1 Fica estabelecida como data do orçamento estimado a data de **09 de abril de 2026 (data do fechamento do mapa de formação de preços)**.

18.3 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.5 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.6 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 1502.04.122.05.8023 - Gestão Administrativa Casa Militar

Fontes de Recurso: 500 e 501.

Elementos de Despesas:

ITEM	OBJETO	ELEMENTOS DE DESPESAS
01	Brasão PMPR	33.90 30.44 - Material de Sinalização Visual e Afins
02 e 03	Guarda-chuva e Cinto	33.90 30.28 - Material de Proteção e Segurança

04	Mochila	33.90 30.27 - Material de Manobra e Patrulhamento
----	---------	---

19.1.1 Caso as despesas forem enquadradas em outros Elementos de Despesas pela DOF/CM, no ato da divulgação do Compras.Gov, os dados contidos na Cláusula 19.1 serão retificados e este texto suprimido.

20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

Maj. QOEM PM Rafael Cezar Simino,
**Chefe da Divisão de Operações e
Segurança Aproximada – DOS/CM.**

Cap. QOEM PM Cretã Almeida Baptista,
**Subchefe da Divisão de Operações e
Segurança Aproximada – DOS/CM.**

ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>;

1.

1.1.1. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pelo Sistema GMS, no portal www.comprasparana.pr.gov.br, constando a classe vinculada aos bens e serviços do Objeto da Dispensa Eletrônica;

1.1.2. Os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou

balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.4.1.8 As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo VI):

1.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (ANEXO V).

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, além de Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX Ano: 2026

Fornecedor:	Inscrição Estadual:
CNPJ/CPF:	Bairro:
Endereço:	Estado: CEP:
Cidade:	E-MAIL:
Telefone:	
Banco do Brasil (001) – Agência:	Conta corrente:

OBS: (O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item e valor global do lote; Marca/Modelo; Fabricante; Manual; Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso).

Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de uso individual, para atender às necessidades da Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar do Paraná (DOS/CM), conforme as condições e especificações contidas no Edital e seus Anexos.

LOTE 1 - BRASÃO DE IDENTIFICAÇÃO

ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	8301.69658	Brasão de identificação.	Conforme especificações Técnicas	145	Unid.	R\$	R\$
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 1						R\$	

LOTE 2 - GUARDA-CHUVA

ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
2	8401.56872	Guarda-chuva.	Conforme especificações Técnicas	120	Unid.	R\$	R\$
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 2						R\$	

Protocolo nº25.676.386-9 - PE 90682/2026 - GMS 682/2026 - UASG 928306 - EDITAL- (página 60 de 80)

LOTE 3 - EQUIPAMENTOS TÁTICOS							
ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
3	1003.71951	Cinto.	Conforme especificações Técnicas	95	Unid.	R\$	R\$
4	8102.111059	Mochila	Conforme especificações Técnicas	95	Unid.	R\$	R\$
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 3						R\$	

2. A validade da proposta é de **90 (noventa) dias**.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.

4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.

5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.

6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no Pregão Eletrônico n.º xxx/2024, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(..... timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI
MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº XX/2026

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

adjudicatário

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]

ANEXO VII
LOCAL DE ENTREGA

Divisão de Operações e Segurança Aproximada – DOS/CM.

Local de Entrega: Avenida Cândido de Abreu, s/nº – 4º andar, Palácio Iguaçu, Centro Cívico CEP 80.530-909, Cidade de Curitiba/PR

Responsável pelo Recebimento: Capitão QOEM PM Baptista

Telefone: (41) 3350-2659 / 2570

Horário para entrega: 8h30min às 11h59min. e das 14h às 17h59min

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO – CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: CONTRATANTE: ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da CASA MILITAR, inscrita no CNPJ n.º 14.788.457/0001-17, situada à Avenida Cândido de Abreu, s/n.º, edifício Palácio Iguaçu, 4º Andar, CEP 80.530-000, Centro Cívico, Curitiba/PR, representada pelo seu Chefe CEL. QOEM PM MARCOS ANTONIO TORDORO, nomeado pelo Decreto n.º 4855/2024, portador de cédula de identidade RG n.º 5.969.903-2, e inscrito no CPF/MF n.º XXX.503.769-XX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0000/202_ XXXX (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de uso individual, para atender às necessidades da Divisão de Operações e Segurança Aproximada da Casa Militar do Paraná (DOS/CM), conforme as condições e especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º [XXXXXXXXXX], objeto do processo administrativo n.º [XXXXXXXXXX], com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXXX], de [XXXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os bens deverão ser fornecidos em entrega única, conforme descrito no Termo de Referência.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

Protocolo nº25.676.386-9 - PE 90682/2026 - GMS 682/2026 - UASG 928306 - EDITAL- (página 67 de 80)

4.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXX** (**VALOR POR EXTENSO**), conforme tabela abaixo:

LOTE 1 - BRASÃO DE IDENTIFICAÇÃO							
ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	8301.69658	Brasão de identificação.	Conforme especificações Técnicas	145	Unid.	R\$	R\$
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 1						R\$	

LOTE 2 - GUARDA-CHUVA							
ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
2	8401.56872	Guarda-chuva.	Conforme especificações Técnicas	120	Unid.	R\$	R\$
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 2						R\$	

LOTE 3 - EQUIPAMENTOS TÁTICOS							
ITEM	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES DO OBJETO	QTD	UN MED	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	VALOR TOTAL MÁXIMO
3	1003.71951	Cinto.	Conforme especificações Técnicas	95	Unid.	R\$	R\$
4	8102.111059	Mochila	Conforme especificações Técnicas	95	Unid.	R\$	R\$
VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE 3						R\$	

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA. A escolha do índice se dá por conta de que usualmente os contratos, nos mais diversos segmentos, são reajustados a partir do referido índice, sendo um parâmetro gerado pelo IBGE e usado

oficialmente para correção da inflação. Portanto, a escolha do índice é razoável para eventual reajuste do objeto em questão.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

5.1.2. Fica estabelecida como data do orçamento estimado a data de 09 de abril de 2026 (data do fechamento do mapa de formação de preços).

5.2 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.4 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.5 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão _____ (nome, RG, CFP) _____ e _____ (nome, RG, CFP) _____, respectivamente.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local (Anexo VII), na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins.

7.1.2 Os bens serão recebidos no ato de entrega pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação ou agente designado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta de preços.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5 Em conformidade com o inciso I do art. 359 do Decreto Estadual 10.086/22, poderá ser dispensado o recebimento provisório.

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.7 A Contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço relacionado no Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades da Contratante.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 1502.04.122.05.8023 - Gestão Administrativa - Casa Militar;

Fontes de Recurso: 500 e 501.

Natureza de Despesa: 33.90 30.44 - Material de Sinalização Visual e Afins (Brasão); 33.90 30.28 - Material de Proteção e Segurança (Guarda-chuva e Cinto); 33.90 30.27 - Material de Manobra e Patrulhamento (Mochila).

9 VIGÊNCIA:

9.1 O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 São obrigações da Contratada:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.

10.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.1.7 Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 Retardamento na autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.1.10 deverá ser ofertada garantia de fábrica no mínimo de 12 (doze meses);

10.1.11 caso o fabricante forneça uma garantia superior, será levada em consideração a de maior tempo;

10.1.12 para a montagem da unidade pelos respectivos fornecedores, deverão ser utilizados materiais, equipamentos e acessórios, idênticos aos utilizados na linha normal de produção de fábrica; e

10.1.13 O Contratado é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe à empresa contratada efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

10.2 São obrigações da Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus eventuais anexos;

10.2.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do objeto;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de objeto por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da Contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para contratados sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, devendo ser exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil S/A, nos termos da Resolução SEFA n.º 827, de 12 de agosto de 2021, providenciando a abertura da referida conta até a assinatura do ajuste ou instrumento equivalente, de acordo com a Orientação Administrativa n.º 76-PGE, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.2.2 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.3 Os documentos fiscais emitidos deverão destacar no corpo do documento a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB n.º 1.234/2012.

11.4 Os documentos que não estiverem com a retenção do IRRF destacada, serão devolvidos para a devida adequação ao novo regramento, para que se proceda, posteriormente, a liquidação e efetivo pagamento.

11.5 A contratada deverá providenciar as medidas e correções necessárias nos respectivos Documentos Fiscais para que só então se realize o atesto dos serviços prestados ou entrega de bens adquiridos, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.

11.6 Fica a cargo da contratada informar ser isenta da retenção, não incidência ou alíquota zero, bem como a qual regime tributário pertence, conforme base legal, no respectivo documento fiscal.

11.7 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da CASA MILITAR, inscrita no CNPJ/MF n.º 14.788.457/0001-17, situada à Av. Cândido de Abreu, s/nº, Edifício Palácio Iguaçu, CEP 80.530-000, Centro Cívico, Curitiba/PR.

11.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100)$ $I = 0,00016438$
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.9 A ordem cronológica de pagamento a que se refere o caput do art. 141 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente para pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1 Os itens objeto da contratação, após validação/certificação das especificações técnicas pelo Órgão do Estado, serão entregues em sua totalidade, inexistindo parcelamento ou continuidade na satisfação do objeto.

12.1.2 A entrega será realizada em uma única etapa, sem necessidade de mobilização de mão de obra especializada ou execução contínua, o que reduz significativamente o risco de inadimplemento.

12.1.3 Dado as características do objeto, não há qualquer intercorrência no decorrer do contrato que não possa ser tratada com os demais instrumentos de sanção que a legislação disponibiliza à Administração.

12.1.4 A exigência de garantia poderia onerar o licitante desnecessariamente, visto que a constituição da garantia (caução, seguro ou fiança bancária) tem custos, que tendem a ser repassados aos preços ofertados, o que reduziria a economicidade da

contratação. Assim, sua exigência não traria ganho proporcional em termos de segurança na contratação.

12.1.5 Diante da baixa complexidade da entrega do objeto e da desnecessidade de mobilização operacional ou técnica específica, conclui-se que a exigência de garantia contratual seria desproporcional ao risco envolvido, podendo inclusive afastar potenciais licitantes.

12.1.6 Portanto, opta-se pela não exigência de garantia de execução, em conformidade com o art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e com base no princípio da proporcionalidade e na busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

12.1.7 A execução do contrato será acompanhada por comissão de recebimento ou agente público designado, pelo gestor e fiscais do contrato.

12.1.8 Por fim, por se tratar de aquisição de bens cujo pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual, bem como pelo fato de que não ocorrerá pagamento antecipado à Contratada.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante dos equipamentos, se superior. O prazo será contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos pelo Contratante;

13.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3 Durante o período de garantia, a realização da manutenção corretiva dos bens será pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

13.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5 Todas as peças que apresentarem vício ou defeito dentro do período de garantia deverão ser substituídas por novas, originais, de primeiro uso, mantendo os padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos exigidos na adaptação;

13.6 Uma vez notificado pelo Contratante, o Contratado deverá realizar os reparos ou substituições necessários no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada dos equipamentos ou da notificação formal do problema;

13.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

13.8 Se o prazo estabelecido para reparos ou substituições não for cumprido, o Contratante poderá contratar empresa diversa para executar os serviços necessários, sendo o Contratado obrigado a reembolsar os custos correspondentes. Essa medida não implica na perda da garantia contratual dos serviços prestados;

13.9 Todos os custos com transporte dos equipamentos para a realização da manutenção corretiva dentro da garantia serão de responsabilidade do Contratado; e

13.10 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no Contrato, permitindo eventual aplicação de

penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, observadas as seguintes condições:

16.1.1 É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

16.1.2 É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;

16.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

16.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

17 DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O CONTRATANTE e o CONTRATADO, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do CONTRATADO, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo CONTRATADO somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o CONTRATADO realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo CONTRATADO, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o

CONTRATADO e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do CONTRATADO manterá contato formal com o encarregado do CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do CONTRATADO, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do CONTRATADO, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, hipótese em que o SUBCONTRATADO ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao CONTRATADO.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o Contratado providenciará o descarte ou devolução, para o CONTRATANTE, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º xxx/2024, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

3. Sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

Local e data

Representante Legal

ANEXO X

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal